

MULHERES NEGRAS, MOVIMENTOS FEMINISTAS NEGROS E A PANDEMIA DE COVID-19

Halina Leal

Universidade Regional de Blumenau

Resumo: A pandemia de Covid-19 explicitou as desigualdades de gênero, raça e classe presentes em nossa sociedade. Grupos histórica e socialmente subalternizados, como os das pessoas negras e das mulheres, sentiram os efeitos pandêmicos de forma intensa. O que se traduziu em maior vulnerabilidade à doença e a situações de violências diversas. No que se refere às mulheres negras, interseccionadas pelas opressões de gênero, raça e classe, os efeitos foram ainda mais danosos. O presente artigo visa à análise da peculiaridade da situação das mulheres negras em sociedades machistas, sexistas e racistas e de como a pandemia de Covid-19 incidiu sobre esse grupo de mulheres. Para tanto, pretende-se, num primeiro momento, compreender a peculiaridade da situação das mulheres negras em sociedades racistas, machistas e sexistas. Para isso, serão situados brevemente os debates sobre gênero e raça e, em seguida, será utilizado o repertório conceitual dos movimentos feministas negros. Num outro momento, a partir da "localização conceitual" das mulheres negras no contexto social, serão apresentados dados do Brasil que elucidam a intensidade das violências sofridas por esse grupo de mulheres. Da análise de tais dados, se refletirá a respeito da violência contra as mulheres negras na pandemia de Covid-19, considerando-se o peso da intersecção das opressões de gênero, raça e classe sobre tais mulheres e a importância dos movimentos feministas negros para uma tentativa de modificação de estruturas sociais opressoras.

Palavras-chave: Movimentos feministas negros, mulheres negras, pandemia de Covid-19, violências.

Abstract: The Covid-19 pandemic has made explicit the gender, race and class inequalities present in our society. Historically and socially subaltern groups, such as black people and women, felt the pandemic effects intensely. This is translated into greater vulnerability to the disease and situations of various types of violence. Regarding black women, intersected by gender, race and class oppression, the effects were even more harmful. This article aims to analyze the peculiarity of the situation of black women in sexist and racist societies and how the Covid-19 pandemic affected this group of women. Therefore, it is intended, at first, to understand the peculiarity of the situation of black women in racist and sexist societies. To do so, the debates on gender and race will be briefly situated and then the conceptual repertoire of black feminist movements will be used. In another moment, from this "conceptual location" of black women in the social context, data from Brazil will be presented that elucidate the intensity of violence suffered by this group of women. From the analysis of such data, it will be reflected on the violence against black women in the Covid-19 pandemic, considering the weight of the intersection of gender, race and class oppressions on such women and the importance of black feminist movements for an attempt to modify oppressive social structures.

Keywords: Black feminist movements, black women, Covid-19 pandemic, violences.

Introdução

Em tempos de pandemia de Covid-19, as desigualdades de gênero, raça e classe tornaram-se mais evidentes. No Brasil, onde negras e negros são vítimas das disparidades sociais, do preconceito e da discriminação racial, a crise se acentuou, revelando a vulnerabilidade dessa parcela da população. Na mesma direção, olhando especificamente para as questões de gênero, depreende-se, no período pandêmico, um aumento alarmante da violência contra as mulheres:

De acordo com o levantamento do Datafolha, encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “*Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*”, de 2021, 4,3 milhões de mulheres brasileiras de 16 anos ou mais (6,3%) foram agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes. Isso significa dizer que a cada minuto, 8 mulheres apanharam no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus. (LIMA, E. “Violência contra as mulheres no contexto da Covid-19”. In: *portalfiocruz.br*, 2021)

Em sociedades estruturadas no racismo, machismo e sexismo, como é o caso do Brasil, pessoas negras e mulheres estão constantemente suscetíveis a violências. Mas, o que acontece no caso das mulheres negras que são pessoas negras atravessadas pelo gênero e mulheres atravessadas pela raça? Em outras palavras, como podem ser traduzidas as experiências de ser mulher vividas a partir da raça, e de ser negra, a partir do gênero?

Gênero e raça: debates e problematizações

Para a explicitação das experiências e vivências das mulheres negras em contextos sociais diversos, é importante situar o debate de gênero e de raça e apreender em que medida afirma-se que ser mulher e negra resulta numa situação sócio-histórica peculiar, quando comparada a mulheres brancas e homens (brancos e negros).

Ao se remontar à história, observa-se que o conceito ocidental de gênero foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, considerando as condições sócio-históricas de identificação do ser homem e do ser mulher na sociedade. Nas reflexões a respeito das questões de gênero, um dos pontos cruciais de análise diz respeito à ideia de natureza como

definidora de categorias distintivas do masculino e do feminino. O sociólogo Pierre Bourdieu, no seu texto *A Dominação Masculina*, aponta que a “a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas” (...) para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas, em todo o mundo social e, em estado incorporado nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (...)”. (BOURDIEU, 2012, p. 17). Segundo ele, essa naturalização dos corpos (em masculinos e femininos) estabelece a divisão de atividades e funções que resultam em relações assimétricas entre os gêneros. Nessa não simetria, o patriarcado, ou seja, o sistema sociopolítico que coloca os homens em situação de poder, fazendo com que estes predominem em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle de propriedades, por exemplo, se impõe. E, como isso ocorre? Por meio de modos de pensamentos e de linguagens que se constituem como legítimos, objetivos e universais, a partir dos quais situações de opressão sobre o denominado “gênero feminino” se manifestam de diferentes formas.

A pensadora nigeriana, Oyèrónké Oyewùmí, ao analisar a questão, faz um contraponto que afirma que a construção social do conceito do gênero diz respeito a uma narrativa ocidental, em que os papéis sociais estão associados a um determinismo biológico e que a afirmação da construção social do gênero retroalimenta esse determinismo. Segundo ela:

(...) a onipresença das explicações biologicamente enraizadas para a diferença no pensamento e nas práticas sociais ocidentais é um reflexo da extensão do modo como as explicações biológicas são consideradas convincentes. Em outras palavras, quando a questão é a diferença (...), antigas biologias serão encontradas ou novas biologias serão construídas para explicar a desvantagem das mulheres. A preocupação ocidental com a biologia continua a gerar construções de “novas biologias”, mesmo quando alguns dos antigos pressupostos biológicos são desalojados. De fato, na experiência ocidental, a construção social e o determinismo biológico têm sido dois lados da mesma moeda, uma vez que ambas as ideias continuam se reforçando mutuamente. Quando categorias sociais como gênero são construídas, novas biologias da diferença podem ser inventadas. Quando interpretações biológicas são consideradas convincentes, as categorias sociais extraem sua legitimidade e poder da biologia. Em suma, o social e o biológico se retroalimentam. (OYEWÙMÍ, 2021, p. 36-37)

Para Oyewùní, o debate sobre quais papéis e identidades são naturais e quais são construídos terá sentido somente em culturas em que as categorias sociais são concebidas como não tendo uma lógica própria independente. (OYEWÙNÍ, 2021, p. 37) Ela aponta para o fato de que esse debate surgiu a partir de problemas situados e que, em sociedades as quais não emergiram tais problemas, o debate a respeito da construção social do gênero não faz sentido. Ela pontua que, devido ao imperialismo, tende-se à universalização de tal visão e que essas categorias foram impostas nas interpretações realizadas sobre as sociedades africanas, alertando que:

O fato de muitas categorias da diferença serem socialmente construídas no Ocidente pode sugerir a mutabilidade das categorias, mas também é um convite a construções intermináveis de biológicas – na medida em que não há limite para o que pode ser explicado por meio do apelo ao corpo. (OYEWÙNÍ, 2021, p. 37)

Os debates e problematizações sobre a construção social do gênero, os quais não cabem nos limites deste artigo, não excluem os problemas de opressão de gênero advindos de diferenciações e “naturalizações” de características atribuídas ao feminino e ao masculino, sobretudo em função do universalismo colonialista e imperialista que traz como consequências a imposição e a constituição de sociedades patriarcais.

Nas sociedades patriarcais, quer dizer, alicerçadas no patriarcado, assume-se uma ideia de sociedade hierárquica que expressa a superioridade masculina, com atribuição de privilégios e poder ao dito gênero masculino. O que resulta em sociedades estruturadas no sexismo, ou seja, na discriminação de gênero, e no machismo, isto é, na ideia de superioridade do homem e que justifica situações de opressão sobre o que se diz ser o “gênero feminino.”

No que se refere às questões étnico-raciais, a perspectiva de construção social também surge, empreendida por pensadores que, tendo como base o exame do racismo e do colonialismo, refletem sobre a construção de condições de diferenciação e de dominação racial. Frantz Fanon, em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, afirma que o racismo e o colonialismo devem ser compreendidos como modos socialmente construídos de apreender o mundo e viver nele. Para Fanon, não haveria necessidade de as pessoas pensarem sobre si mesmas em termos de raça se estas não se constituíssem subjetivamente a partir de uma linguagem que expressa significados de culturas e contextos sociais específicos que também são naturalizados. No que diz respeito ao racismo, a linguagem do colonizador é tida como a “verdadeira” e

carrega consigo o “verdadeiro significado” de como é a realidade, submetendo aqueles considerados “diferentes”, os colonizados, nesse caso as pessoas negras, a essa maneira de significação do mundo. Dito de outro modo, o negro passa a existir do outro para o outro, uma vez que é a partir da linguagem que ele passa a assumir uma cultura que lhe é imposta, e a “suportar o peso de uma civilização” (FANON, 2008, p. 33). Pode-se inferir, assim, que o negro passa a ser negro, com todos os significados que o termo carrega numa perspectiva racista, a partir do momento em que o “colonizador/branco” o define como tal.

Em sociedades patriarcais e racistas, as opressões e violências de gênero e raça se manifestam de diferentes formas e é neste contexto que os lugares (ou não lugares) reservados às mulheres negras são questionados, sobretudo pelos movimentos feministas negros.

As mulheres negras e os movimentos feministas negros

Os movimentos feministas negros não somente visibilizam as demandas das mulheres negras, mas, pelo seu cunho teórico e prático, permitem a compreensão do que ocorre com esse grupo de mulheres, apresentando caminhos de superação de determinadas condições impostas.

Os movimentos feministas negros são movimentos teóricos, políticos e sociais protagonizados por mulheres negras e que buscam dar visibilidade às suas pautas. As feministas negras ressaltam que quando as questões de raça e suas dificuldades associam-se unicamente ao ser negro, e as questões de gênero unicamente ao ser mulher, as experiências das mulheres negras acabam por não se inserir nem no ser mulher nem no ser negro. Seja nas discussões teóricas, seja nas vivências do dia a dia, as mulheres negras experienciam o não lugar.

Em *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, ao se referir a este ponto, Grada Kilomba afirma que as mulheres negras têm sido incluídas em diversos discursos que não interpretam as suas realidades. Segundo Kilomba, o sujeito do discurso de gênero é a mulher branca e o sujeito do discurso sobre o racismo é o homem negro. Deste não lugar ou – como afirma Kilomba, a partir de Heidi Safia Mirza (*Black British Feminism*, 1997) – deste espaço vazio que se sobrepõe às margens da raça e do gênero, denominado de “terceiro espaço”, as mulheres negras habitam uma espécie de vácuo de apagamento e de contradição que se sustenta pela polarização entre mulheres de um lado e negros de outro, com as mulheres negras no meio. (KILOMBA, 2019, p. 96-97) As mulheres brancas, embora sofram as consequências da

opressão de gênero, numa sociedade racista, não sofrem a opressão de raça. Os homens negros, embora sofram as consequências do racismo, por serem homens numa sociedade patriarcal, não sofrem a opressão de gênero. Nesse sentido, tanto homens negros quanto mulheres brancas encontram condições de se constituírem enquanto sujeitos.

Kilomba ressalta que as narrativas separadas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos. (KILOMBA, 2019, p. 97-98) Portanto, não é possível, no caso das mulheres negras, compreender gênero e opressão racial de forma separada, pois a separação aumenta a invisibilidade das diferentes necessidades das mulheres negras comparadas aos homens negros e às mulheres brancas.

Compreender esse não lugar passa pela compreensão do entrecruzamento de opressões que incide sobre as mulheres negras em sociedades machistas, racistas e sexistas, ou seja, passa pela assunção da noção de interseccionalidade como ferramenta explicativa das situações histórico-sociais vivenciadas pelas mulheres negras.

Conceitualmente, o termo interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Williams Crenshaw (1959-), jurista estadunidense, defensora dos direitos civis e professora de teoria crítica de raça, num contexto de crítica às leis antidiscriminação dos Estados Unidos. Crenshaw, ao questionar o que há de errado com a visão tradicional das discriminações, afirma que um dos problemas é que as visões de discriminação racial e de gênero partem do princípio de que se fala de categorias diferentes de pessoas. A visão tradicional indica que a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas a pessoas pobres. Ela também aponta para outras categorias de discriminação (em função de deficiências, de idade etc.) e ressalta que a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. Segundo ela, ao sobrepor o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem pessoas com deficiência, as mulheres de pele mais escura são as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos.

Segundo Crenshaw, a visão tradicional de discriminação opera no sentido de excluir as sobreposições, mas sobre as mulheres negras as discriminações estão sobrepostas e a interseccionalidade ajuda a compreender as condições advindas dessa sobreposição. A interseccionalidade é, portanto, uma ferramenta teórica e metodológica utilizada pelas feministas negras para

refletir acerca da inseparabilidade estrutural entre patriarcado, sexismo, racismo e suas articulações. A intersecção de estruturas racistas, sexistas e machistas sobre as mulheres negras as coloca mais expostas a condições de vulnerabilidade política e social. Segundo Hill Collins:

Mascarar as persistentes desigualdades sociais é uma retórica “cega à cor”, concebida para torná-las invisíveis. Em um contexto em que muitos acreditam que falar de raça fomenta o racismo, igualdade consiste supostamente em tratar todos da mesma forma. No entanto, como aponta Kimberlé Crenshaw, “é bastante óbvio que tratar coisas diferentes do mesmo modo pode gerar tanta desigualdade quanto tratar as mesmas coisas de maneira diferente.” (...). (COLLINS, P.H. *Pensamento Feminista Negro*, 2019, p. 64)

Segundo Hill Collins e Bilge:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*, 2021, p. 15-16)

O conceito de interseccionalidade denota, desse modo, as diferentes maneiras pelas quais raça e gênero interagem para moldar as várias experiências às quais as mulheres negras são submetidas. Essas experiências não são compreendidas se não for considerado o modo como a intersecção do sexismo, machismo e do racismo atuam, moldando aspectos estruturais, políticos e representacionais que geram violências e colocam as mulheres negras na base da sociedade.

Lélia Gonzalez¹ já há muito nos indicava que a separação do gênero e da raça, na situação das mulheres negras, as invisibiliza:

[Lélia] tecia críticas referentes à maioria dos militantes do Movimento Negro Unificado (MNU), pela falta de elaboração mais profunda sobre a mulher negra.

¹ Outras feministas negras brasileiras, como Sueli Carneiro, por exemplo, antes mesmo do termo ser cunhado, já se referiam às experiências das mulheres negras a partir da sobreposição de opressões.

(...) e do racismo que impedia a inserção plena das mulheres negras no Movimento de Mulheres. (...) Essa dificuldade do Movimento de Mulheres em reconhecer a diversidade interna do movimento é explicada pelo processo de recalque da dimensão racial, onde as minorias raciais tendem a ser excluídas. O esquecimento da questão racial pode ser interpretado como um caso de racismo por omissão (...) esse apagamento, mesmo daquelas que se dizem progressistas, tem por fim o apagamento cultural de origens indígenas e africanas oriundas da América Latina. (DUARTE; OLIVEIRA; IGNÁCIO. “Gênero, Raça e Sexualidade: proposta de debate interseccional?”. In: *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes*, 2020, p. 161)

Em outras palavras, o peso combinado das opressões de gênero e de raça implica numa “discriminação combinada” sobre as mulheres negras e que expõe, mas não justifica, as condições peculiares nas quais esse grupo de mulheres se encontra.

Cabe salientar que os feminismos negros são movimentos não essencialistas que questionam epistemologias essencialistas. Portanto, a partir desses movimentos, a compreensão da situação das mulheres negras passa pela compreensão da sobreposição de opressões estabelecidas socialmente. Não há uma “natureza” (a natureza da mulher negra) e nem a possibilidade de se recorrer a “essências” para justificar o que ocorre. Tudo depende de interações e articulações sociais em que grupos são definidos de determinada forma em função de interesses de domínio e hegemonia, em sociedades patriarcais e racistas.

Nesse contexto, sobre as mulheres negras, são projetados conceitos, ideias e significações que contribuem para a construção de um imaginário de objetificação dessas mulheres.

Sueli Carneiro, no artigo *Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, traduz essa objetificação:

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas o mito da fragilidade feminina, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... (...) fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. (...) Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas (...)" (CARNEIRO, 2003, p. 2)

As mulheres negras: experiências, violências e a pandemia de covid-19

A objetificação das mulheres negras é identificada nas experiências e violências as quais estas estão submetidas na sociedade. No Brasil, diversas estatísticas demonstram a existência de desigualdades entre pessoas negras e brancas, sendo ainda mais intensas essas desigualdades quando se trata das mulheres negras. Tal situação se sustenta no preconceito e discriminação racial, de gênero e de classe.

Quando o assunto é violência, o *Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*, nos mostra que:

Em 2013, foram assassinadas 4.762 mulheres no país. Se por um lado a taxa de homicídio entre as mulheres brancas caiu de 3,6 por 100 mil em 2003 para 3,2 em 2013, a de mulheres negras, aumentou de 4,5 para 5,4 por cada 100 mil habitantes no mesmo período, ou seja, um crescimento de 19,5%. Isso significa que em 2013 foram assassinadas 66,7% mais negras do que brancas. (BARBOSA, C. “Cor, gênero e classe: os desafios da mulher preta”. In: *Brasildefato*, 2020).

Com relação ao assédio, os dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 (dados de 2018)* registraram:

66.041 casos de violência sexual. Deste total, 81,8% das vítimas eram do sexo feminino e 53,8% tinham até 13 anos. Já as mulheres negras foram vítimas de 50,9% dos assédios. (*Idem, ibidem*).

E, quando focamos na participação de mulheres negras no mercado de trabalho, o grupo das mulheres negras representa a menor taxa:

Entre os anos 2016 e 2019 essa taxa situava-se em torno de 52%, mas no 2º tri de 2020 caiu para 45,6%, atingindo seu menor nível desde 2012. Nos trimestres subsequentes a taxa começou a retornar lentamente para o nível pré-pandemia, mas ainda está abaixo do 1º tri de 2019. Atualmente, das 48,8 milhões de mulheres negras em idade para trabalhar, apenas um pouco mais da metade (51,5%) está no mercado de trabalho, seja buscando emprego ou ocupada. (FEIJÓ, J. “A participação das mulheres negras no mercado de trabalho”. In: *Blogdoibre*, 2022.)

Independentemente do período analisado, a taxa de desemprego entre as mulheres negras tem sido bem maior do que de outros grupos na sociedade:

Desde o início de 2018 essas diferenças estavam se ampliando. 22,1% das mulheres negras na força de trabalho estavam desempregadas no 1º tri de 2021 - o dobro da registrada entre os homens brancos/amarelos (10,0%) e muito distante da reportada pelas mulheres brancas/amarelas e homens negros (13,8%). (*Idem, ibidem*)

E, continuando, em relação à ocupação e à informalidade:

A quantidade de mulheres negras ocupadas caiu 11,5% entre o primeiro trimestre de 2020 e 2021, maior queda entre os quatro grupos [Homens Brancos e Amarelos (-1,3%), Homens negros (-6,6) e Mulheres Brancas/Amarelas (-7,0%)]. Esse aumento contribuiu para que a taxa de desemprego atingisse 22,1% no 1º tri de 2021. Já no 1º trimestre de 2022 todos os grupos voltaram a atingir os níveis do 1º tri de 2020, com as mulheres negras apresentando o menor crescimento no período (1,6%). (...) No 1º tri de 2022 43,3% das mulheres negras ocupadas estavam em postos de trabalho informais, taxa superior à média nacional (40,1%), dos homens brancos/amarelos (34,8%) das mulheres brancas e amarelas (32,7%). Por outro lado, ficou abaixo da taxa entre homens negros (46,6%). (*Idem, ibidem*.)

Ao analisar essa pequena amostra de dados, confirmamos o que teoricamente os movimentos feministas negros tentam visibilizar e explicar - a vulnerabilidade das mulheres negras é maior comparativamente a outros grupos da sociedade. As mulheres negras recebem os menores salários em comparação com homens negros, mulheres brancas e homens brancos (IBGE, 2019). Além de sofrerem com diversos tipos de violências: o maior índice de violência obstétrica, 65,9% incidindo sobre as mulheres negras. (FIOCRUZ, 2017); as maiores vítimas de mortes maternas, 62,8%, são negras, dos feminicídios, 67% dos casos registrados em 2020 foram de mulheres negras. (CARTA CAPITAL. “Mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio no país”. In: *Cartacapital*, 2022).

A vulnerabilidade das mulheres negras é histórica, tendo em vista o racismo histórico e estrutural que naturaliza as situações desiguais das pessoas negras na nossa sociedade, além do machismo e sexismo estruturais que se interseccionam com o racismo sobre elas.

No Brasil, no período da pandemia, o governo federal não exigiu a coleta de dados raciais para os casos de Covid-19 até a segunda semana de abril e o fez somente após a pressão de movimentos negros, entidades de classe e associações científicas. Isso revelou o descaso do poder público com as pessoas negras. Mesmo tardios e nem sempre com qualidade que permitisse análises detalhadas que desvelassem as desigualdades raciais em saúde, os dados foram reveladores. Em abril de 2020, o Ministério da Saúde já apontava para altas taxas de mortalidade por Covid-19 entre pessoas negras, incluindo aquelas que se identificavam como “pretas” e “pardas” no censo demográfico. Dados coletados no mês de maio por pesquisadores para mais de 5.500 municípios mostraram que 55% dos pacientes negros, hospitalizados com Covid-19 em estado grave, morreram em comparação com 34% dos pacientes brancos. (ARAÚJO, E.; CALDWELL, K. “Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra”. In: *abrascoabrasco.org.br*, 2020).

Com relação ao recorte de gênero, interseccionado com o racial, deve-se lembrar que a primeira vítima de Covid-19 no Brasil foi uma mulher negra, empregada doméstica e que contraiu o vírus na casa onde trabalhava.

No período pandêmico, muitas pessoas que necessitavam trabalhar continuaram circulando pelas cidades. Empregadas domésticas, motoristas, profissionais da linha de frente da saúde e outras. Tais pessoas ou trabalhavam ou corriam o risco de serem demitidas. Nesse conjunto de profissionais, as mulheres negras constituíram a grande parcela.

As desigualdades referentes especificamente à distribuição do trabalho doméstico se acentuaram no período pandêmico. Antes da Covid-19, as mulheres já gastavam mais horas por semana com tarefas domésticas e de cuidado do que os homens. As mulheres, mesmo desenvolvendo tarefas remuneradas não se liberaram (e não se liberam) das atividades domésticas. Isso as conduz à denominada “dupla jornada”. A “dupla jornada” pode ser mensurada pela jornada total de trabalho, que considera a soma do tempo dedicado ao trabalho remunerado com o tempo dedicado ao trabalho doméstico não-remunerado (aos afazeres domésticos), partindo do pressuposto de que ambos produzem bens e/ou serviços necessários para toda a sociedade. (Informe ONU MULHERES, 2020) Nesse âmbito, a situação das mulheres negras indica dedicação maior ao trabalho doméstico já antes da pandemia, se intensificando no período de emergência sanitária.

No *Informe v.2 15.10.2020*, da ONU MULHERES: *Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de Covid-19*, temos que:

Já em 2019, as mulheres não ocupadas dedicaram, em média, 24 horas semanais a afazeres e/ou cuidados, enquanto os homens não ocupados dedicaram a metade (12,1 horas) em 2019. Essa diferença entre mulheres e homens se manteve elevada mesmo quando consideramos apenas as pessoas ocupadas: as mulheres ocupadas dedicaram em média 8,1 horas a mais às atividades de afazeres e/ou cuidados que os homens ocupados³². As mulheres negras precisam se dedicar em maior proporção ao trabalho doméstico do que as brancas: em 2019, 94,1% das mulheres pretas e 92,3% das pardas relataram fazer tarefas domésticas. A taxa vem crescendo desde 2016, quando foi de 91,7% para as pretas e 91,2% para as pardas. Entre as mulheres brancas, a taxa foi de 91,5%. Comparado aos homens, a diferença é ainda maior. Entre os que se declaram brancos, a taxa de tarefas domésticas foi de 80,4%; entre os pretos foi de 80,9%, e 76,5% dos pardos declararam também fazer tarefas domésticas³³. A crise agravou as disparidades de gênero e raça e impôs um pesado fardo às mulheres negras. Além de seus empregos remunerados, estão acumulando trabalhos domésticos, cuidados com as crianças, com higiene e alimentação. Mais difícil é a situação das 11 milhões de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, que podem não ter ninguém para compartilhar esse trabalho.

E essas “peculiaridades” referentes às atividades das mulheres negras não param por aí. Se olharmos para a situação das mulheres quilombolas, as quais as comunidades, na pandemia, se depararam com o descaso do Estado com a falta de dados oficiais de casos da doença, incidência e óbitos, entre outras situações, vemos que as mulheres quilombolas enfrentaram diversos desafios provenientes do status de serem mulheres, negras e quilombolas:

Muitas comunidades, localizadas em regiões rurais ou semirurais, possuem acesso limitado a água potável, saneamento, energia elétrica e insegurança alimentar. Elas [relataram] dificuldades no acesso a ações emergenciais, como o Auxílio Emergencial, equipamentos de proteção individual (EPIs), informações adequadas, internet etc. Mulheres e meninas quilombolas [sofreram] os efeitos combinados da discriminação de gênero e raça e [estiveram] sujeitas a índices alarmantes de violência, incluindo violência sexual. As quilombolas defensoras dos direitos humanos são frequentemente alvo de violência. Agressões sexuais ou ameaças de estupro, agravadas pela discriminação étnico-racial, e ataques contra suas famílias são os tipos específicos de violência política a que são submetidas. Devido à pandemia, elas tiveram que adaptar suas ações e rotinas, em grande parte impactadas por medidas de distanciamento social. Além disso, têm lidado com uma maior demanda por ações humanitárias, uma vez que

ameaças e ataques contra os direitos humanos das/os quilombolas nas áreas urbana, semiurbana e rural não cessaram. (ONU MULHERES. “Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de Covid-19”. In: Informe v.2 15.10.2020)

Considerações finais

Como vimos, as mulheres negras sofreram o impacto da doença com maior precarização de condições de trabalho e sobrevivência e exposição a situações de violência. Nesse período, o trabalho doméstico foi essencial e foram as mulheres negras que constituíram a maior força de trabalho doméstico no país, segundo o IPEA². Por causa disso, muitas não fizeram o isolamento, estando mais propensas a serem contaminadas pelo vírus, além de a maioria não ter tido locais adequados para deixar seus filhos enquanto trabalhava. Nas regiões periféricas, muitas mulheres negras sustentaram a família e muitas, com companheiros desempregados, sofreram violência doméstica de modo mais frequente.

O “peso” da interseccionalidade de opressões de gênero, raça e classe tornou-se mais evidente na pandemia. A situação das mulheres negras é peculiar. As mulheres negras encontram-se na base da estrutura social, o que significa sofrerem distintos tipos de violências que se intensificam em momentos de emergência social, como foi o caso da pandemia de Covid-19.

Isso torna evidente a necessidade de movimentos que coloquem as mulheres negras no centro dos debates e reivindicações e que as tire de lugares de invisibilidade e de silenciamento. Os objetivos dos movimentos feministas negros são, entre outros pontos, desenvolver o empoderamento das mulheres negras a partir de si mesmas, de discursos próprios e de autoidentificação, tendo em vista a justiça social e a modificação das estruturas sociais. Nesses termos, esse empoderamento não está direcionado pura e simplesmente para conquistas individuais, mas às coletividades de mulheres negras que desenvolvem um entendimento de sua condição social e política, de sua história e de suas variadas habilidades, autoafirmando-se e trilhando caminhos de superação das condições impostas pelas desigualdades sociais.

Cabe salientar que os feminismos negros, ao darem visibilidade ao conjunto múltiplo e simultâneo de discriminações que recaem sobre as mulheres negras e que definem fortemente posições e possibilidades sociais desse grupo, aponta para o quanto as questões de raça e gênero estão entrelaçadas com as questões de classe.

² Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Os movimentos feministas negros que focam, num primeiro momento, nas mulheres negras, convocam para uma mudança estrutural necessária à sociedade. É nesse sentido que as atuações (conceituais e práticas) dos feminismos negros envolvem não somente a libertação das mulheres negras individualmente ou enquanto grupo, mas envolvem também a libertação de homens negros, mulheres não negras, comunidade lgbtqia+ e todas e todos em situações de desigualdade e opressão.

Em última análise, ao refletirem sobre as bases dos sistemas opressivos e desiguais, os feminismos negros fortalecem e ampliam seus campos de atuação enquanto movimentos sociais e políticos. Eles abarcam distintos segmentos sociais, propondo mudanças estruturais em sistemas políticos, econômicos e sociais reprodutores de desigualdades, violências e opressões. A situação das mulheres negras na pandemia de Covid-19 escancarou o que historicamente ocorre com tais mulheres e nos coloca questionamentos: A crise modificou nosso olhar para este grupo de mulheres? No pós-pandemia, tivemos algum avanço para a eliminação de estruturas opressoras que afetam diretamente as experiências e vivências das mulheres negras e de grupos subalternizados socialmente? Ou simplesmente o novo normal pós-pandêmico, acaba não se constituindo na repetição incessante da “velha normalidade” desigual e opressora?

Referências

- ARAÚJO, E.; CALDWELL, K. “Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra”. In: *Associação Brasileira de Saúde Coletiva* (abrascoabrasco.org.br), 2020.
- BARBOSA, C. “Cor, gênero e classe: os desafios da mulher preta”. In: *Brasildefato*, 2020. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br>>.
- BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CARNEIRO, S. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.” In: *Organização Ashoka Empreendedores Sociais; Takano Cidadania* (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.
- CARTA CAPITAL. “Mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio no país”. In: *Cartacapital*, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/>

COLLINS, P. H. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamile Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. “A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero”. In: *Cruzamento: Raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004, p. 7-16.

DUARTE, M. J. de; OLIVEIRA, D. F. S.; IGNÁCIO, K. M. R. “Gênero, Raça e Sexualidade: Uma Proposta de Debate Interseccional?”. In: *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes*. Organização: Bruna Andrade. 1ª ed. Salvador-BA: Editora Devires, 2020.

FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEIJÓ, J. “A participação das mulheres negras no mercado de trabalho”. In: *Blogdoibre*, 2022. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/>>

KILOMBA, G. *Memórias da Plantação: episódios do racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEAL, H. “Feminismo Negro”. In: *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. 6, p. 16-23, 2020.

LIMA, E. “Violência contra as mulheres no contexto da Covid-19”. In: *portalfiocruz.br*, 2021. <Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/>>

ONU MULHERES. “Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de Covid-19”. In: *Informe v.2 15.10.2020*. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe2.pdf>

OYEWÙMÍ, O. *A Invenção das Mulheres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Email: halina.leal@gmail.com